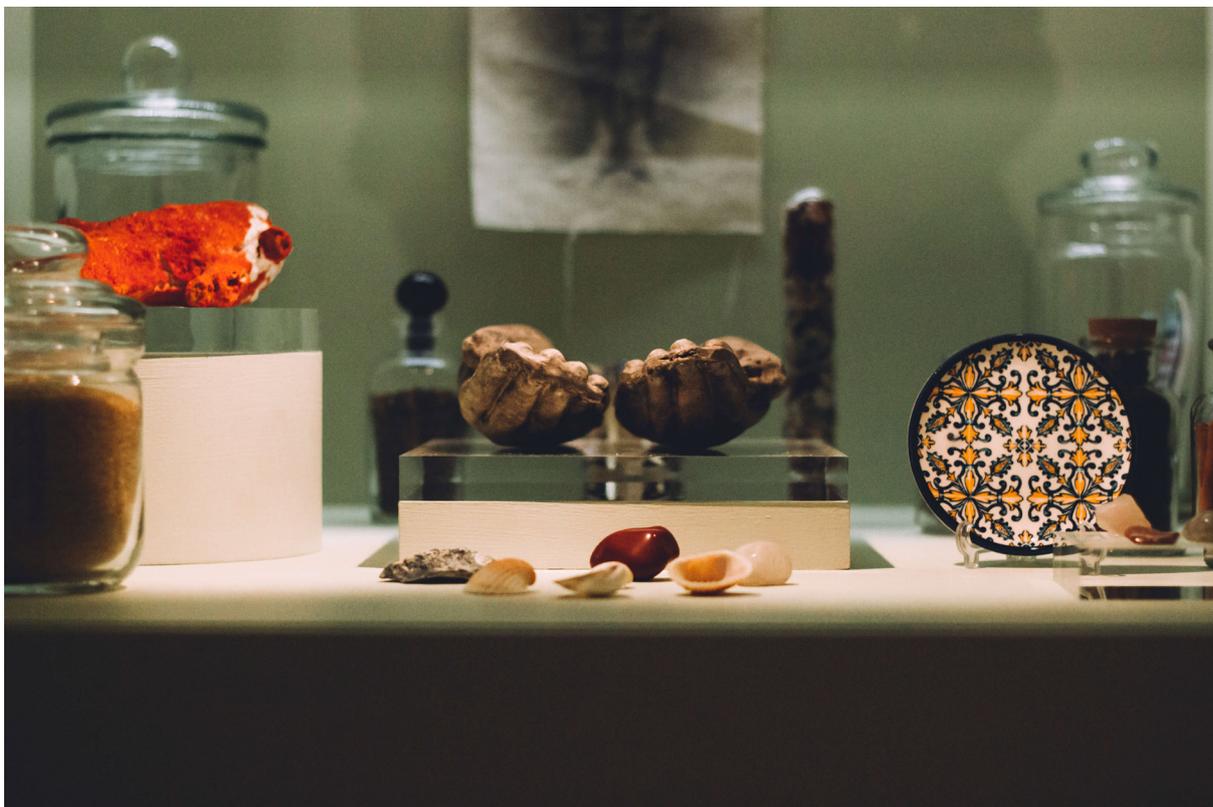




FILHOS DE IMPÉRIO E PÓS-MEMÓRIAS EUROPEIAS  
CHILDREN OF EMPIRES AND EUROPEAN POSTMEMORIES  
ENFANTS D'EMPIRES ET POSTMÉMOIRES EUROPÉENNES

Sábado, 6 de outubro de 2018



*Gabinete de curiosidades* | 2017 | Rosana Paulino

## EM TORNO DAS REPARAÇÕES

Miguel Bandeira Jerónimo

A história das reparações exigidas em razão da escravatura e do tráfico de escravos é longa, complexa e rica. Mais longa e recorrente do que se julga comumente. Não é um fenómeno recente, resultado apenas de debates contemporâneos sobre identidades individuais ou colectivas. De facto, não pode ser reduzida a inéditas “lutas presentes”, da memória ou da história, ou à acusação de “anacronismos” vários, como muitos querem fazer crer, por boas e más razões, com muito ruído, sempre, mas com escassa substância, quase sempre.

Desde o século XVIII que a ideia de reparações foi sendo elaborada por escravos e libertos, de vários modos e recorrendo a múltiplos instrumentos, enfrentando obstáculos quase intransponíveis. Com muitos insucessos, portanto. De panfletos a petições, passando por reivindicações mais *formais* de natureza jurídica e legal, foram muitas as formas através das quais homens e mulheres vítimas ou familiares de vítimas do hediondo tráfico e da escravidão reclamaram compensações simbólicas e materiais, por via de pedidos públicos de desculpa ou através de contrapartidas financeiras. Sim, o termo “reparação” foi raramente usado. Mas foram muitos os sinónimos invocados, todos com um sentido claro, o da exigência de uma rectificação, justa e justificável, das graves e mortíferas injustiças por meio de uma compensação, material ou simbólica. A consciência da sua indefensável e inaceitável condição, da desumanidade e da violência inerentes à “morte social”, como lhe chamou Orlando Patterson, que lhes marcou a vida, foi uma realidade constante, como seria de esperar. Essa consciência aguda de uma sofredora existência alimentou formas, *escondidas* ou explícitas, mas sempre activas e intencionais, de resistência, de denúncia, de reivindicação. O facto de na maior parte das vezes não terem sido bem-sucedidas não autoriza a sua desvalorização ou a depreciação da sua importância histórica. Quem minimiza, de forma definitiva, o papel dos escravos na história da escravatura e do tráfico de escravos e da sua abolição devia repensar, e muito, a sua posição.

A análise histórica não vive apenas do que aconteceu ou parece ter acontecido. Vive, e muito, do podia ter acontecido, do que muitos imaginaram que pudesse vir a acontecer ou tentaram que acontecesse. O que *fica* é sempre muito pouco. Ao mesmo tempo, as acções do indivíduos nem sempre são facilmente discerníveis e compreensíveis. Muito menos são uma expressão fiel das suas motivações. São a expressão possível, face a condicionalismos vários. Fazer de alguém escravo é desumano. Mudar a condição deste último foi muito difícil. Mas foram muitas as tentativas. Muitas delas não chegaram a bom porto. Também não chegaram inteiras aos vários arquivos. Rumores, fragmentos, pistas, raramente fáceis de ouvir, reconstituir ou identificar, não são razão para ignorar a sua existência. Fazer esta história, de modo rigoroso e documentado, é tão difícil como imperativo.

A história das reparações também não é uma história que possa ser compreendida num plano meramente nacional, caso a caso. Tal como os fenómenos históricos que as suscitaram, a

história das reparações enriquece-se com uma atenção particular às dimensões transnacionais e comparativas, sem que isso implique, de modo algum, a promoção de um olhar desatento sobre as peculiaridades de cada sociedade escravocrata e as especificidades de cada trajetória abolicionista e pós-abolicionista. Mas, do mesmo modo que as sociedades escravocratas revelavam elementos em comum, também os argumentos a favor e contra as reparações apresentaram semelhanças. Tal como a da memorialização da escravatura e do tráfico de escravos em museus, monumentos públicos ou no turismo cultural, do Benim e do Senegal a França, do Gana aos Estados Unidos, a história das reparações teceu-se como resultado da circulação de argumentários e dispositivos de protesto a uma escala global. Mais uma vez, o nacionalismo metodológico de pouco serve, apesar de muitos beneficiarem das suas desinteressantes recompensas.

Por fim, este é um problema por enfrentar e resolver. Contra alguns vaticínios, uns aliviados, outros celebratórios, a questão não desapareceu do espaço público. Os legados históricos da escravatura e do tráfico de escravos, essa acumulação imparável de desigualdade e discriminação sociais, não se resolveram ou esfumaram subitamente. Ignorá-los ou evitar falar deles, ou ainda desvalorizá-los sumariamente com base em argumentos de autoridade ou acusações de que decorrem do “politicamente correcto” (entidade abundantemente invocada que permanece por definir com um mínimo de substância), não os apaga. Especialmente se considerarmos que, ao contrário de reparações consideráveis que foram pagas a proprietários de escravos como forma de compensação da abolição (justificadas por visões históricas e alarmistas de ruptura sócio-cultural, com parentes no presente), as vítimas (e seus descendentes) de ambos os processos raramente mereceram generosidade semelhante. É verdade que a memorialização da escravatura, a institucionalização da memória pública da escravatura e do tráfico de escravos, tem ocorrido a uma escala global, assumindo diferentes expressões, promovendo um diálogo público recorrente. Mas também é óbvio que a indústria da memória e da memorialização não tem sido suficiente para se atingir um módico de consenso, justiça e paz social. Muitas têm sido as iniciativas, poucos os projectos oficiais consistentes, ainda menos a capacidade de produzir mudanças substanciais que corrijam o efeito desintegrador deste legado. As feridas, inúmeras e dolorosas, não têm cicatrizado. Em certa medida a advocacia da reparação decorre do reconhecimento da ineficácia da *mera* memorialização. Da insatisfação quanto às suas consequências práticas. A memória precisa de história, o mais rigorosa possível. Sem esta última dificilmente poderemos enfrentar e resolver o problema das reparações. Estaremos ainda mais longe do desejado diálogo público, ruidoso, talvez, mas com substância.



EM TORNO  
DAS REPARAÇÕES

Estes são apenas três dos inúmeros aspectos fundamentais a reter do mais recente livro da historiadora Ana Lúcia Araújo, professora na Howard University, nos Estados Unidos da América. *Reparations for slavery and the slave trade. A transnational and comparative history* (Bloomsbury, 2017) constitui uma leitura obrigatória.

**Miguel Bandeira Jerónimo** é historiador, investigador associado do projeto Memoirs e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

**MEMOIRS** é financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC) no âmbito do Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação Horizonte 2020 da União Europeia (n.º 648624) e está sediado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.